

12 SET 1994

Modelo fraudado

A caderneta de poupança, ativo de Cz\$ 1,3 trilhão, está com a pulga atrás da orelha: será que a LBC vai pousar na bitola do IPC, achatando ou zerando o ganho real do poupador?

Os correntistas da caderneta choram de barriga cheia. De janeiro até agosto, a rentabilidade acumulada da caderneta alcançou a marca recorde de 242% contra os 213% da inflação. Uma "gordura" de 29 pontos percentuais, incorporando um ganho real de 130 cruzados em cada 1.000. Foi a aplicação financeira mais rentável da economia brasileira. O "over", tão patrulhado pela sociedade traumatizada pelos juros do crédito contentou-se com 219%, tirando uma "fina" da inflação.

E o outro, fascínio bárbaro? Quem comprou ouro em 31 de dezembro amargou um prejuízo solene, se revendendo a relíquia em 1º de setembro: a valorização nominal não foi além de 161%. E o dólar, o mais badalado dos refúgios em situações de crise — e bota crise nisso? O danado do "black" saiu ralado: nada mais que 120%, exatamente 122 pontos percentuais abaixo da caderneta.

Fundo o poço

Dá para avaliar o desastre de uma nutrida e diversificada carteira de ações? No mesmo período de oito meses corridos, as Bolsas de Valores amargaram perdas acachapantes. Para a mesma inflação de 213%, a Bolsa do Rio de Janeiro emplacou apenas 39%. A de São Paulo, pior: ridículos 24%.

Resultado: em tempo de conversão da dívida externa em capital de risco (de empresas estabelecidas no Brasil), as Bolsas de Valores fazem o endereço da maior pechincha do século em todo o mundo. O valor patrimonial, valor físico ou real, de todas as ações negociáveis de todas as empresas cotadas em Bolsa, é de aproximadamente US\$ 44 bilhões. Em abril do ano passado, no pico da euforia do Plano Cruzado, esse patrimônio alcançou uma cotação, em Bolsa, de US\$ 72 bilhões.

Qual é a cotação de hoje? Na estimativa de peritos do ramo, o magnífico estoque está valendo apenas US\$ 18 bilhões. Único consolo: em maio, fundo do poço, valia apenas US\$ 13 bilhões.

E a conversão?

O investidor brasileiro, diretor de empresa ou fundo de pensão, não é de entrar na baixa. O investidor estrangeiro, que é do ramo, vai faturar a pechincha do século via Fundo Brasil, via fundo privado já instalado ou via fundo de conversão, ainda em gestação?

Um profissional do mercado jura que não. Para Roberto

Teixeira da Costa, presidente da Brasilpart, o problema está não apenas na definição das regras do jogo — especialmente o regulamento de repatriação do valor convertido — mas também nas condições de renegociação global da dívida brasileira. Os credores admitem a conversão como um complemento da negociação e não como uma iniciativa isolada, fora dela.

Roberto Teixeira da Costa entende que o "clima" para o investimento estrangeiro não tem sido muito favorável: além dos "xenófobos" de plantão, muitos dos quais dando expediente integral na Constituinte, a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acaba de suspender o registro de novos fundos de capital estrangeiro, renovando a fama de "paraíso do casuismo" de que o Brasil já desfruta lá fora.

Alguém já descobriu que a conversão da dívida em capital pode implodir a magnífica gestão do orçamento monetário. E há quem garanta que a conversão vai "privatizar" o deságio em prejuízo do Governo que banca o jogo bruto da dívida. Acontece que o investidor estrangeiro não pretende pedir desculpas para aplicar seu dinheiro.

Hora de mudar

No mesmo compasso, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, questiona a discussão do acessório com o abandono do essencial: a conversão do modelo econômico baseado no endividamento (interno e externo) em um modelo de desenvolvimento lastreado na capitalização. O dinheiro de aluguel, em cruzados ou em dólares, deixou de ser o recurso mais barato do mundo. E nenhum banco lá fora está "rolando" a dívida brasileira, acabando de vez com a solução escapista da "dívida não se paga; rola-se".

Em defesa das propostas de conversão, Eduardo da Rocha Azevedo desfila uma fieira de vantagens do capital de risco sobre o crédito em banco para a economia brasileira. Entre outras, a vantagem da soberania: o devedor não manda na taxa de juros e não escapa do exigível com data marcada — tenha lucro ou prejuízo, na expansão ou na depressão.

Deu no que deu

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo não deixa por menos: ou o Brasil assume o capitalismo moderno ou troca de sistema.

O modelo "capinanceiro", desastrado e desastroso, está exaurido e deu no que deu: inflação endêmica, recessão intermitente, déficit público, estatização compulsiva, hipertrofia bancária, submissão cambial e moratória externa. Só.